

Financiamento da educação básica e o PNE 2011-2020

NELSON CARDOSO AMARAL*

RESUMO: O estudo realiza projeções para o financiamento da educação básica até o ano de 2020, último ano de vigência do novo Plano Nacional de Educação (PNE). São estabelecidas condições para a qualidade e expansões a serem alcançadas no intervalo de 2008 a 2020. Nesse cenário, é questionado se o Brasil tem condição para o salto educacional tal como o projetado. Pondera-se que em 2020 serão necessárias arrojadas decisões dos poderes executivo e legislativo, em diferentes esferas, além do apoio de toda a sociedade brasileira para que as condições estabelecidas neste estudo sejam implementadas.

Palavras-chave: Financiamento da educação básica. Estatística do contexto educacional. Plano Nacional de Educação. Produto Interno Bruto e educação brasileira.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e especificou os princípios sob os quais o ensino será ministrado. Foi estabelecida a gratuidade do ensino público e a autonomia das universidades; foram definidas as condições para a iniciativa privada atuar na área da educação; estabeleceu-se o papel a ser desempenhado pela União, estados, Distrito Federal e municípios na estruturação da educação nacional; foram vinculados recursos financeiros oriundos dos impostos a ser aplicados em educação e se estabeleceram condições restritivas para os recursos públicos se

* Doutor em Educação. Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG).
E-mail: <nelsoncardosoamaral@gmail.com>.

dirigirem às instituições não públicas. A Constituição ainda determinou que se elaborasse o Plano Nacional de Educação (PNE), com ações que conduzissem à: (1) erradicação do analfabetismo; (2) universalização do atendimento escolar; (3) melhoria da *qualidade* do ensino; (4) formação para o trabalho; e (5) promoção humanística, científica e tecnológica do País (BRASIL, 1988).

Uma discussão sempre presente na implementação dos temas constitucionais é o de como financiar as atividades a serem desenvolvidas, com *qualidade*. Quando se discute sobre o financiamento da *qualidade* na educação é inevitável, antes, que se discuta sobre o que é *qualidade* – termo em destaque, pela complexidade inerente à sua definição –, considerando-se que existem especificidades fundamentais sobre o que é *qualidade* em cada um dos níveis e etapas educacionais.

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) publicou, em 1996, na Série Estudos e Debates, o “Manual de Avaliação Externa da Qualidade do Ensino Superior”, de A. I. Vroeijenstijn. Nessa publicação o autor faz a seguinte pergunta: o que é *qualidade*? Vroeijenstijn inicia a discussão, citando o livro “Zen e a Arte da Manutenção da Motocicleta”, de Pirsig:

Qualidade... você sabe o que é e, ao mesmo tempo, não sabe. Isso é contraditório. Algumas coisas, é certo, são melhores que outras; isto é, têm qualidade. Mas, quando se tenta dizer o que é qualidade, separadamente das coisas que a possuem, vai tudo para o espaço! Não há o que dizer. Mas se não é possível descrever o que é qualidade, como saber o que é, ou se existe? Se ninguém sabe o que é, talvez não exista de jeito nenhum, para quaisquer objetivos práticos. Mas, justamente para objetivos práticos, ela deve existir de fato. Em que mais os valores se baseariam? Por que as pessoas pagariam fortunas por algumas coisas e jogariam outras no lixo? Obviamente, algumas coisas são melhores do que outras... mas que é “ser melhor”? Assim, a mente gira como um pião, tecendo teias intermináveis, em vão. Afinal, que diabo é Qualidade? Que vem a ser isso? (VROEIJENSTIJN, 1996, p.31).

A conclusão a que o autor chega é que devemos falar de *qualidades* e não de *qualidade*, ou seja, não existiria uma *qualidade* absoluta, mas a *qualidade* dependeria dos interesses de quem participa da discussão. Existiria uma *qualidade* do ponto de vista do estudante, do meio acadêmico, do mercado de trabalho, da sociedade etc. (VROEIJENSTIJN, 1996, p. 34)

Uma determinada *qualidade* nos níveis de ensino infantil, fundamental e médio parece que pode ser alcançada definindo-se parâmetros mínimos para a infraestrutura da escola (espaço físico, instalações sanitárias, mobiliário, equipamentos, material pedagógico etc.), para a qualificação dos profissionais que ali trabalham e o nível de interação com a sociedade. Entretanto, na educação superior há uma complexidade maior e são muitos os aspectos a serem analisados: infraestrutura básica; qualificação do corpo de professores e dos funcionários; laboratórios

de ensino e pesquisa; equipamentos de comunicação; interação com empresas; papel na sociedade; conexões com a fronteira do conhecimento; quantidade e *qualidade* da produção intelectual resultantes das atividades de pesquisa; produção de tecnologia; relevância da produção científica e tecnológica para a sociedade etc.

Quando se fala em *qualidade*, essa assimetria parece estar refletida nas metas contidas no Plano Nacional de Educação (PNE), (BRASIL, 2001). Quando se trata dos níveis infantil, fundamental e médio explicitam-se metas, que tratam da infraestrutura, qualificação dos profissionais, existência de projetos pedagógicos etc. As metas 2, 6, 9, 10 e 19 do PNE, relativas à educação infantil, as metas 4, 6, 7 e 8, no ensino fundamental, e as metas 1, 5, 6, 7, e 8 no ensino médio, tratam de especificar condições para a *qualidade* da educação (Ibid.). Ao tratar da educação superior, as ações relacionadas à *qualidade* são abstratas, referindo-se, em geral, a um processo de avaliação que possa ter como consequência a elevação dos padrões de *qualidade* das atividades institucionais, sem estabelecer nenhum parâmetro concreto a ser atingido. Isto se deve, talvez, ao fato de a educação superior atuar, também, na geração de novos conhecimentos, o que torna impossível especificar as condições concretas para que isto ocorra.

Portanto, um primeiro desafio para a projeção do financiamento da expansão, com *qualidade*, da educação básica (EB), até 2020, é o estabelecimento de um referencial para a *qualidade* a ser considerada. Além disso, é preciso estabelecer metas a serem alcançadas na expansão do sistema.

Neste estudo iremos, primeiramente, estabelecer os referenciais de *qualidade* para a educação básica e sua vinculação com os recursos financeiros e as metas para a expansão do sistema. Faremos, a seguir as projeções para creche, educação infantil (4 e 5 anos), ensino fundamental e ensino médio, referenciando o financiamento ao Produto Interno Bruto (PIB). Apresentaremos as considerações finais, realizando comparações com países selecionados, discutindo se o Brasil apresenta condições para promover um salto educacional até 2020.

Os referenciais de *qualidade*

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou, em 2006, o relatório de pesquisa “Problematização da qualidade em pesquisa de custo-aluno-ano em escolas de educação básica”, em que foram levantados os custos-aluno-ano em escolas públicas de educação básica, que, no entender do Inep e do grupo de pesquisadores dos estados de Goiás, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, São Paulo e Ceará, “[...] oferecem condições para a oferta de um ensino de qualidade.” (BRASIL, 2006, p.11).

Consideraremos neste estudo como custo-aluno-ano para cada um dos níveis e etapas da educação básica os valores obtidos nessa pesquisa realizada pelo Inep, em que os resultados mostram as escolas das regiões Sul e Sudeste e da esfera federal com os custos mais elevados. Considerando que estas escolas são as que possuem o grau mais elevado de *qualidade*, serão utilizados os seus valores médios como padrão de *qualidade* para as nossas projeções. A Tabela 1 mostra os valores do custo-aluno-ano, como base para as projeções do financiamento da educação básica brasileira.

Tabela 1 - Custo-aluno-ano a ser considerado nas projeções do financiamento da EB

Níveis/Etapas da EB	Custo-aluno-ano ⁽¹⁾ (em R\$) (Valor corrigido pelo IPCA médio de 2008)
Creche (0-3 anos)	6.149,00
Educação Infantil (4-5 anos)	4.974,00
Ensino Fundamental (6-14 anos)	3.206,00
Ensino Médio (15-17 anos)	5.235,00

Fonte: Brasil, INEP, 2006, p. 46-49.

(1) A pesquisa colheu dados em 2003.

Nota-se que são valores bem superiores àqueles divulgados pelo Inep relativos ao investimento público direto por estudante no ano de 2008, não considerando os gastos com aposentadorias e pensões, bolsas de estudos, financiamento estudantil e juros, amortizações e encargos da dívida da área educacional (BRASIL, 2008b). A Tabela 2 mostra os valores:

Tabela 2 - Investimento Público Direto por Estudante – 2008

Níveis da EB	Investimento Público Direto (em R\$) (Valores correntes de 2008)
Educação Infantil	2.206,00
Ensino Fundamental - anos iniciais	2.761,00
Ensino Fundamental - anos finais	2.946,00
Ensino Médio	2.122,00

Fonte: Brasil, MEC, INEP, DTDIE, 2008b.

Além disso, os valores da Tabela 1 serão corrigidos pela variação real do PIB no período 2008-2020. Dessa forma espera-se elevar a *qualidade* das escolas de educação básica, sendo possível implementar programas de escolas de tempo integral também com *qualidade*.

Assim, os custos-aluno-ano em 2020 serão os da Tabela 3, considerando que a variação do PIB de 2008-2020 será de 48%, conforme projeções do Ministério da Fazenda (BRASIL, 2009), que detalharemos mais adiante.

Tabela 3 - Custo-aluno-ano a ser utilizado em 2020

Custo-aluno-ano (em R\$)		
Níveis/Etapas da EB	Valores médios de 2008 (IPCA)*	Valores a serem utilizados em 2020
Creche	6.149,00	9.100,52
Educação Infantil (EI 4-5 anos)	4.974,00	7.360,81
Ensino Fundamental	3.206,00	4.744,88
Ensino Médio	5.235,00	7.747,80

Fonte: Brasil, Ministério da Fazenda, 2009.

As metas para a expansão no PNE 2011-2020

Consideraremos como metas para o PNE 2011-2020 que até 2020 se efetive a possibilidade do oferecimento de um número de matrículas *equivalente* ao número de pessoas com idade nas faixas etárias correspondentes aos níveis da educação básica, mantendo para esse montante a mesma proporção de público e privado existente no ano de 2008.

Projeções para o financiamento da educação básica em 2020

Creche

O Censo Escolar de 2008 apresenta para a creche a seguinte distribuição de matrículas, por faixa etária (Tabela 4):

Tabela 4 - Matrícula por faixa etária na creche em 2008

Níveis/Etapas da EB	Idade em anos				Total
	Até 3	4 a 5	6 a 9	+ de 9	
Creche	1.204.229	512.069	22.209	681	1.739.188

Fonte: Brasil, MEC, INEP, Censo Escolar, 2008c.

Do total de matrículas na creche, 65% são públicas e 35% são privadas. Ressalte-se que a população com idade entre 0 e 3 anos, em 2008, era de 12.817.000 pessoas (BRASIL, 2008a). Projeções realizadas pelo IBGE apresentam para a população de 0 a 3 anos de idade um total de 10.142.000, em 2020. Há, portanto, uma redução no quantitativo de crianças nessa faixa etária (BRASIL, 2008a).

As metas estabelecidas neste estudo projetam que, em 2020, tenhamos, então, 10.142.000 oportunidades de matrículas, com 65% no setor público e 35% no setor privado. Dessa forma, deveríamos ter 6.592.300 possibilidades de matrículas no setor público, o que implicaria a aplicação de recursos financeiros no montante de R\$ 60 bilhões (custo-aluno-ano de R\$ 9.100,52, conforme está especificado na Tabela 3).

Educação infantil (4-5 anos)

Considerando que em 2020 a educação infantil já esteja totalmente implantada de 0 a 5 anos, faremos a análise considerando apenas esses dois anos nessa etapa da educação básica. O Censo Escolar de 2008 apresenta a seguinte distribuição de estudantes por faixa etária para essa etapa educacional (Tabela 5):

Tabela 5 - Matrícula por faixa etária na EI (4-5 anos) em 2008

Níveis/Etapas da EB	Idade em anos				Total
	Até 3	4 a 5	6 a 9	+ de 9	
EI (4-5 anos)	132.669	3.066.129	1.688.689	6.493	4.893.980

Fonte: Brasil, MEC, INEP, Censo Escolar, 2008c.

Estão matriculados nas escolas públicas 78% do total de 4.893.980 e nas escolas privadas, 22%. Na faixa etária de 4 a 5 anos, o Brasil possuía, em 2008, segundo dados do IBGE, um total de 6.825.000 pessoas (BRASIL, 2008a). No ano de 2020, o IBGE projeta 5.191.000 pessoas nessa faixa etária. Há, também, uma redução no número de crianças nessa faixa etária.

Em 2020, deveríamos ter, observando as considerações deste estudo, 4.048.980 possibilidades de matrículas no setor público (78% do total) e 1.142.020 no setor privado (22% do total), o que significaria a necessidade de R\$ 30 bilhões (custo-aluno-ano de R\$ 7.360,81).

Educação fundamental

Da mesma forma que na educação infantil, faremos a suposição que, em 2020, o ensino fundamental esteja efetivamente implantado com nove anos em todas as escolas do País. A Tabela 6 apresenta a distribuição, por faixa etária, dos estudantes do ensino fundamental, apurado pelo Censo Escolar de 2008.

Tabela 6 - Matrícula por faixa etária na educação fundamental em 2008

Níveis/ Etapas da EB	Idade em anos						Total
	0 a 5	6 a 10	11 a 14	15 a 17	18 e 19	+ de 19	
Educação Fundamental	30.648	4.265.798	13.704.337	3.056.825	275.587	361.302	31.694.497

Fonte: Brasil, MEC, INEP, Censo Escolar, 2008c

Desse total de 31.694.497 estudantes, 89% estão matriculados nas escolas públicas e 11% estão matriculados nas escolas privadas. Nessa faixa etária o País possuía em 2008 30.544.000 pessoas (BRASIL, 2008a).

No ano de 2020, teremos 26.238.000 pessoas com idade entre 6 e 14 anos. Considerando as premissas deste estudo, deveríamos ter 23.351.820 (89%) possibilidades de matrículas no setor público, o que implicaria a aplicação de recursos financeiros no montante de R\$ 111 bilhões, considerando o custo-aluno-ano de R\$ 7.744,88. Nota-se que também nessa faixa etária haverá uma redução no número de jovens.

Ensino médio

O ensino médio apresentou, em 2008, um total de 8.272.159 matrículas, sendo que 84% foram efetivadas pelo setor público e 12% pelo setor privado. A Tabela 7 apresenta esse total de matrículas, por faixa etária.

Tabela 7 - Matrícula por faixa etária no ensino médio em 2008

Níveis/Etapas da EB	Idade em anos						Total
	0 a 14	15 a 17	18 e 19	20 a 24	25 a 29	+ de 29	
Ensino Médio	93.470	5.222.019	1.798.310	728.746	193.931	235.683	8.272.159

Fonte: Brasil, MEC, INEP, Censo Escolar, 2008c.

Ressalte-se que, em 2008, o Brasil possuía 9.833.000 pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos e, em 2020, o País possuirá, nessa faixa etária, um total de 10.101.000 pessoas. Na faixa etária dos jovens com idade entre 15 e 17 anos haverá uma elevação nesse período.

No ano de 2020 deveríamos ter, portanto, a oferta de 8.484.840 (84%) possibilidades de matrículas pelo setor público, o que exigiria um montante de R\$ 66 bilhões, considerando o custo-aluno-ano de R\$ 7.747,80.

Os recursos financeiros como percentuais do PIB

O Ministério da Fazenda, no *Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal*, de dezembro de 2009, apresenta uma projeção para o crescimento real do PIB de 2010 a 2044 (BRASIL, 2009). Considerando que o crescimento real do PIB em 2009 foi de -0,20%, podemos calcular o valor do PIB no ano de 2020. A Tabela 8 mostra essa projeção para o ano de 2020. O crescimento real do PIB variou de 5% nos anos 2010 a 2013, para valores entre 3% e 2% de 2011 a 2020.

Tabela 8 - Projeção do valor do PIB em 2020 em trilhões de R\$

Ano	PIB
2008	2,89
2020	4,28

Fonte: Brasil, Ministério da Fazenda, 2009.

Em relação a 2008, há um crescimento real do PIB, até 2020, de 48%. Dessa forma, os valores obtidos para o financiamento da expansão dos diversos níveis e etapas educacionais, calculados neste estudo, em função do PIB, serão os listados na Tabela 9.

Tabela 9 - Projeção dos recursos financeiros como percentuais do PIB em 2020

Nível/Etapa da Educação	2020	
	R\$ bilhões	%PIB
Creche	60,0	1,40
EI-4 a 5 anos	30,0	0,70
Ensino Fundamental	111,0	2,59
Ensino Médio	66,0	1,54
Total	267,0	6,23

Fonte: Cálculos deste estudo.

Dados governamentais informam que os recursos totais aplicados em educação, em todos os níveis e etapas, no Brasil, no ano de 2009, encontram-se no patamar de 5% (BRASIL, INEP, 2008b). Este estudo, considerando as condições aqui estabelecidas, projeta uma expansão das possibilidades de matrículas em todos os níveis e etapas da educação básica, chegando a 6.23% do PIB em 2020. Atingindo esse patamar, a própria dinâmica populacional se encarregaria de, até 2050, por exemplo, reduzir essa necessidade como percentual do PIB, tendo em vista a dinâmica populacional brasileira, que é de grande diminuição no quantitativo de pessoas nas diversas faixas etárias educacionais. A Tabela 10 mostra o comportamento dessa dinâmica da população em idade educacional, por nível e etapa da educação.

Tabela 10 - Dinâmica populacional em idade educacional em 2008, 2020 e 2050

Nível/Etapa da Educação	2008 (em milhões)	2020 (em milhões)	2050 (em milhões)	Varição % 2008-2050
Creche	12,8	10,1	7,1	- 45,0
EI-4 a 5 anos	6,8	5,2	3,7	- 46,0
Ensino Fundamental	30,5	26,2	17,6	- 42,0
Ensino Médio	9,8	10,1	6,4	-35,0
Educação Superior	24,5	23,8	16,1	- 34,0
Total da população em idade educacional	84,4	75,4	50,9	- 40,0

Fonte: Brasil, IBGE, 2008a.

Há, portanto, uma redução da população educacional de 84,4 milhões em 2008 para 50,9 milhões em 2050, o que representa uma redução de 40%. Há uma importante queda de 44%, em 2008, para 24%, em 2050, do percentual da população brasileira em idade educacional em relação à população total brasileira. Esse fato justificaria uma queda natural na necessidade de financiamento como percentual do PIB, de 2020 para 2050. O percentual obtido neste estudo está em consonância com aquele obtido por um Grupo de Trabalho (GT) sobre financiamento da educação constituído pelo Inep, que estimou, em 2001, os recursos que seriam necessários, considerando-se as metas do PNE (2001-2011). O percentual encontrado foi de 7,95% do PIB, em 2011, para todos os níveis educacionais, incluindo a educação superior (PINTO, 2001). Participaram do GT os seguintes pesquisadores: Otaviano Augusto Marcondes Helene (Inep), Pedro Luiz Bezerra (SE/MEC), Rubem Fonseca Filho (SE/MEC), Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha (SPO/MEC), Antonio Ibañez Ruiz (Semtec/MEC), Jorge Abrahão de Castro (Ipea), Valdomiro Luis de Sousa (Bolsa-Escola), Austregezilo Ferreira de Mello (Casa Civil), Ivan Castro de Almeida (Inep), José Marcelino de Rezende Pinto (Inep), Marluce Araújo de Lucena (SPO/MEC), Caio Luiz Davoli Brandão (SPO/MEC), Jacques Rocha Veloso (UnB), João Antonio Cabral de Monlevade (Consultor Legislativo do Senado).

As fontes públicas de financiamento

Diversas estimativas já foram realizadas sobre o potencial de financiamento da educação brasileira, baseando-se nos percentuais mínimos estabelecidos na Constituição Federal. Cálculos realizados por diversos autores, como Barjas Negri (NEGRI, 1997), José Marcelino Pinto (PINTO, 2001), Nelson Amaral (AMARAL, 2003) e Jorge Abrahão Castro (CASTRO, 2005) mostram um patamar limite de 5% do PIB.

Atingir as metas estabelecidas neste estudo, para a educação básica, exigiria, portanto, um enorme esforço conjunto da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da sociedade brasileira, para que, além de serem aplicados percentuais acima dos mínimos, a criação de um novo tributo no formato de contribuição presente em sua gênese que um determinado percentual também se dirija ao financiamento da educação. É claro que o forte crescimento da economia brasileira e a elevação de sua renda *per capita*, prevista para as próximas décadas, propiciaria um volume maior de recursos na arrecadação de impostos, o que permitiria, como consequência, o aumento dos recursos destinados, obrigatoriamente, à educação.

O esforço maior deve se concentrar até o ano de 2020, uma vez que a própria dinâmica populacional se encarregará de diminuir a necessidade de recursos financeiros como percentual do PIB, como já vimos.

Considerações finais

Faremos uma análise comparativa com países selecionados sobre as condições para um salto educacional no Brasil

Em 2008, o Brasil possuía uma população em idade educacional de 84,4 milhões de pessoas para uma população de 189 milhões, o que significava um percentual elevado de 44% da população brasileira; em 2050, essa população educacional cairá para 50,8 milhões e a população total se elevará para 215 milhões, o que reduzirá esse percentual para 24%. Nessa situação, os desafios educacionais poderão ser menores, tendo em vista as análises que seguem. As Tabelas 11a e 11b mostram esse percentual para países selecionados, separando-os em dois grupos: 1) primeiro grupo, países com percentual de 30% ou maiores, para a população em idade educacional em relação à população do país; e 2) segundo grupo, países com percentual abaixo de 30%, para a população em idade educacional em relação à população do país.

Tabela 11a - Percentual da população em idade escolar em relação à população total

Primeiro Grupo (percentuais de 30% ou maiores para a população em idade educacional em relação à população do país)			
País	População em idade educacional (2008)	População do país (2009)	%
África do Sul	18.114.108	49.052.489	37,0
Argentina	13.440.740	40.913.584	33,0
Bolívia	4.142.335	9.775.246	42,0
Botswana	947.918	1.990.876	48,0
Brasil	84.400.000	189.000.000	44,0
Chile	5.513.934	16.601.707	33,0
China	397.805.782	1.338.612.968	30,0
Índia	481.324.331	1.156.897.766	42,0
Indonésia	78.429.901	240.271.522	33,0
México	39.404.617	111.211.789	35,0
Paraguai	2.746.178	6.995.665	39,0
Uruguai	1.032.883	3.494.382	30,0
Yemen	11.770.140	22.858.238	51,0

Fontes: Brasil, IBGE, 2008 a 2010; demais países. UNESCO, 2010 (para a população educacional). EUA, CIA, 2010 (para a população do país).

Tabela 11b - Percentual da população em idade escolar em relação à população total

Segundo Grupo (percentuais abaixo de 30% para a população em idade educacional em relação à população do país)			
País	População em idade educacional (2008)	População do país (2008/2009)	%
Alemanha	17.997.395	82.329.758	22,0
Austrália	5.288.326	21.262.641	25,0
Áustria	1.866.320	8.210.281	23,0
Canadá	8.656.329	33.487.208	26,0
Coréia do Sul	11.344.492	45.508.972	25,0
Cuba	3.013.571	11.451.652	26,0
Dinamarca	1.381.003	5.500.510	25,0
Espanha	8.864.918	40.525.002	22,0
Estados Unidos	85.668.128	307.212.123	28,0
França	15.275.698	64.057.792	24,0
Japão	25.807.634	127.078.679	20,0
Noruega	1.280.237	4.660.539	27,0
Portugal	2.282.031	10.707.924	21,0
Rússia	30.724.722	140.041.247	22,0

Fontes: UNESCO, 2010 (para a população educacional). EUA, CIA, 2010 (para a população do país).

Os países do primeiro grupo são, em geral, aqueles que possuem PIB *per capita* muito pequenos comparados com aqueles do segundo grupo. As Tabelas 12a e 12b mostram, para esses mesmos países, os PIB *per capita* em PPP (*Purchasing Power Parity* – Paridade do Poder de Compra), de 2009, e os percentuais do PIB aplicados em educação, conforme dados constantes do *The World Factbook 2010* da *Central Intelligence Agency* dos EUA (CIA).

Tabela 12a - PIB/PPP per capita e percentual do PIB/PPP aplicado em educação

Primeiro Grupo (percentuais de 30% ou maiores para a população em idade educacional em relação à população do país)		
País	PIB/PPP per capita (em US\$)	% do PIB/PPP aplicado em educação
África do Sul	10.000	5,4
Argentina	18.100	3,8
Bolívia	4.600	6,4
Botswana	12.100	8,7
Brasil	10.200	4,0
Chile	14.700	3,2
China	6.500	1,9
Índia	3.100	3,2
Indonésia	4.000	3,2
Paraguai	4.100	4,0
Uruguai	12.600	2,9
México	13.200	5,4
Yemen	2.537	9,6

Fonte: EUA, CIA, 2010.

Tabela 12b - PIB/PPP per capita e percentual do PIB/PPP aplicado em educação

Segundo Grupo (percentuais abaixo de 30% para a população em idade educacional em relação à população do país)	
País	% do PIB/PPP aplicado em educação PIB/PPP per capita (em US\$)
Alemanha	4,634.200
Austrália	4,538.500
Áustria	5,439.500
Canadá	5,238.400
Coréia do Sul	4,627.700
Cuba	9,19.700

Segundo Grupo (percentuais abaixo de 30% para a população em idade educacional em relação à população do país)	
País	% do PIB/PPP aplicado em educação PIB/PPP per capita (em US\$)
Dinamarca	8,336.200
Espanha	4,233.700
Estados Unidos	5,346.400
França	5,732.800
Japão	4,932.600
Noruega	7,259.300
Portugal	5,521.700
Rússia	3,815.200

Fonte: EUA, CIA, 2010.

Podemos destacar do primeiro grupo a Bolívia, Botswana e Yemen, que aplicam um substancial percentual do seu PIB em educação, o que mostra um esforço para atender com melhores condições as suas populações em idades educacionais. No segundo grupo destacam-se Cuba, Dinamarca e Noruega por aplicarem 9,1%, 8,3% e 7,2% do seu PIB, respectivamente. Há, entretanto, que se examinar o real significado desses percentuais em função dos valores do PIB dos países e de suas populações em idades educacionais, o que está mostrado nas Tabelas 13a e 13b.

Tabela 13a - Recursos financeiros aplicados por pessoa em idade educacional

Primeiro Grupo (percentuais de 30% ou maiores para a população em idade educacional em relação à população do país)			
País	PIB/PPP de 2009 (em US\$ bilhões)	População em idade educacional (2008)	US\$ por pessoa em idade educacional
África do Sul	488	18.114.108	1.455
Argentina	558	13.440.740	1.578
Bolívia	45	4.142.335	695
Botswana	24	947.918	2.203
Brasil	2.024	84.400.000	1.242

Primeiro Grupo (percentuais de 30% ou maiores para a população em idade educacional em relação à população do país)			
País	PIB/PPP de 2009 (em US\$ bilhões)	População em idade educacional (2008)	US\$ por pessoa em idade educacional
Chile	244	5.513.934	1.416
China	8.767	397.805.782	419
Índia	3.548	481.324.331	236
Indonésia	968	78.429.901	444
México	1.473	39.404.617	2.056
Paraguai	28	2.746.178	408
Uruguai	48	1.032.883	1.235
Yemen	58	11.770.140	473

Fontes: Brasil, IBGE, 2008 a 2010; demais países). UNESCO, 2010 (para a população educacional). EUA, CIA, 2010 (para o PIB/PPP).

Tabela 13b – Recursos financeiros aplicados por pessoa em idade educacional

Segundo Grupo (percentuais abaixo de 30% para a população em idade educacional em relação à população do país)			
País	PIB/PPP de 2009 (em US\$ bilhões)	População em idade educacional (2008)	US\$ por pessoa em idade educacional
Alemanha	2.812	17.997.395	7.187
Austrália	819	5.288.326	6.969
Áustria	323	1.866.320	9.346
Canadá	1.278	8.656.329	7.731
Coréia do Sul	1.343	11.344.492	5.446
Cuba	110	3.013.571	3.322
Dinamarca	199	1.381.003	11.960
Espanha	1.367	8.864.918	6.477
Estados Unidos	14.250	85.668.128	8.816
França	2.113	15.275.698	7.884
Japão	4.141	25.807.634	7.862
Noruega	277	1.280.237	15.578

Segundo Grupo (percentuais abaixo de 30% para a população em idade educacional em relação à população do país)			
País	PIB/PPP de 2009 (em US\$ bilhões)	População em idade educacional (2008)	US\$ por pessoa em idade educacional
Portugal	232	2.282.031	5.592
Rússia	2.103	30.724.722	2.601

Fontes: Brasil, IBGE, 2010 (Demais países). UNESCO, 2010 (para a população educacional). EUA.CIA, 2010 (para o PIB/PPP).

Um exame destas Tabelas 13a e 13b mostra a grande diferença nos valores gastos por pessoa em idade educacional nos grupos de países. A média do primeiro grupo é de US\$ 1.066,00, enquanto a média do segundo grupo é de US\$ 7.597,00. Mesmo Cuba e Rússia, que possuem PIB per capita de mesmas dimensões do primeiro grupo, aplicam valores superiores aos aplicados por este grupo.

O Brasil, em 2020 e em 2050, possuirá, considerando-se as projeções do IBGE para a população e as do Ministério da Fazenda para o PIB, indicadores que o colocariam no segundo grupo de países. A Tabela 14 mostra as projeções dos diversos indicadores utilizados nessas comparações.

Tabela 14 - Indicadores brasileiros em 2050 e a média dos países do segundo grupo

	Pop/Idade educacional (em milhões)	População (em milhões)	%	PIB/PPP(US\$ bilhões)	PIB/PPP per capita em US\$
Brasil 2008-2009	84,4	189	44	2.024	10.200
Brasil 2020	75,4	207	36	2.999	14.478
Brasil 2050	50,9	215	24	4.905	22.783
Média do segundo grupo	-	-	24	-	33.279

Fonte: Cálculos deste estudo.

Nestas condições, o Brasil chegaria, em 2050, ao percentual da população em idade educacional nos valores médios dos países do segundo grupo e um PIB per capita ainda inferior ao daqueles do segundo grupo de países.

Deve-se ressaltar que o enorme desafio está em atingir, no ano de 2020, os 6,23% do PIB aplicados somente na educação básica.

É preciso lembrar que, até 2020, o desafio deverá ser ainda maior, uma vez que o percentual de 6,23% deve ser elevado para um patamar próximo de 8% do PIB, considerando-se as necessidades de corrigir fluxos, atender grande contingente de estudantes fora da faixa etária em todos os níveis educacionais, da educação de jovens e adultos, especial, educação, campo etc. Espera-se que, até 2050, com o Brasil crescendo, diminuindo as desigualdades sociais e regionais e elevando substancialmente a sua renda *per capita*, os desafios educacionais sejam minimizados. As comparações realizadas entre diversos países nos permitem responder afirmativamente à questão formulada neste estudo: o Brasil possui riqueza para promover esse salto quantitativo e qualitativo em seu sistema educacional, chegando, em 2020, numa situação de maior igualdade social e cultural de sua população e em melhores condições para participar de um mundo que, esperamos, em 2050, encontre o equilíbrio entre a técnica, a humanidade e o planeta.

Recebido em maio de 2010 e aprovado em junho de 2010.

Referências

- AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da Educação Superior**: Estado X Mercado. São Paulo: Cortez; Piracicaba: Unimep, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: set. 2009.
- _____. Câmara dos Deputados. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2010.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Pesquisa Nacional Qualidade na Educação**: problematização da qualidade em pesquisa de custo-aluno-ano em escolas de educação básica. Relatório de Pesquisa. Brasília, DF: INEP, 2006.
- _____. Ministério da Educação. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. **Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 1980-2050 – Revisão 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a. (Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, 24). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/projecao.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2010.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Investimento por Aluno por Nível de Ensino** – valores reais. Brasília, DF: INEP, 2008b. <http://www.inep.gov.br/estatisticas/gastoseducacao/despesas_publicas/P.A._paridade.htm>. Acesso em: 16 fev. 2010.
- _____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica de 2008**. Brasília: INEP, 2008c. Disponível em: <<http://>

www.inep.gov.br/censo/escolar/DOU_final_2008.htm>. Acesso em: maio 2010.

_____. Ministério da Fazenda. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal**. Brasília, DF: MF, dez. 2009. 50 p. <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/lei_responsabilidade/RRjan2009.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2010.

CASTRO, Jorge Abrahão. Financiamento e gasto público da educação básica no Brasil e comparação com alguns países da OCDE e América Latina. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.26, n. 92, p.841-858, out. 2005. Especial.

VROEIJENSTIJN, A. I. **Avaliação Externa da Qualidade do Ensino Superior**. Brasília-DF: CRUB, 1996. v. 18. (Estudos e debates).

EUA. Central Intelligence Agency – CIA. **The World Factbook 2010**. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/region/region_soa.html>. Acesso em: 14 fev. 2010.

NEGRI, Barjas. **O financiamento da educação no Brasil**. Brasília, DF: INEP. 1997. (Série Documental e Textos para Discussão, n. 1).

PINTO, José Marcelino de Rezende. Relatório do Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 82, n. 200, 201, 202, p. 117-136, jan./dez. 2001.

UNESCO. **Institute for Statistics** – Data Centre. Quebec: UNESCO, [2010]. <<http://stats.uis.unesco.org/unesco/tableviewer/document.aspx?ReportId=143>>. Acesso em: 14 fev. 2010.

Financing of basic education *And the PNE 2011 – 2020*

ABSTRACT: The study highlights projections to the financing of basic education until the year of 2020, the last year for the validity of the Plano Nacional de Educação (PNE) [Education National Plan]. It establishes conditions to the qualities and expansions to be achieved during 2008 to 2020. In this scenario, it asks if Brazil has the conditions to the educational development as it was projected. It considers that in 2020 will be necessary audacious decisions from the executive and legislative Power, in different spheres, besides the support to all Brazilian society to implement these conditions, which are pointed in this study.

Keywords: Financing of basic education. Statistic in the educational context. Education National Plan. Gross National Product and Brazilian education.

Financement de l'éducation de base *Et le PNE 2011-2020*

RÉSUMÉ: L'étude fait des prévisions pour le financement de l'éducation de base d'ici l'an 2020, la dernière année du nouveau Plan national d'éducation (PNE). Des conditions sont établies pour la qualité et l'expansion à atteindre dans la période de 2008 à 2020. Dans ce contexte, on se demande si le Brésil a la condition pour faire le saut éducationnel tel qu'il était prévu. Considérant que, en 2020, il faudra prendre des décisions hardies des pouvoirs exécutif et législatif dans les différents domaines, avec le soutien de toute la société brésilienne pour que les conditions établies dans cette étude soient mises en œuvre.

Mots-clés: Financement de l'éducation de base. Statistique du contexte éducationnel. Plan national d'éducation. Produit intérieur brut et éducation brésilienne.

Financiamiento de la educación básica *Y el PNE 2011 – 2020*

RESUMEN: El estudio realiza proyecciones hasta el año de 2020, último año de la vigencia del nuevo Plano Nacional de Educação (PNE) [Plan Nacional de Educación]. Son establecidas condiciones para que la cualidad y las expansiones previstas sean alcanzadas en el intervalo de 2008 hasta 2020. En este escenario, la cuestión es si Brasil tiene condiciones para el salto educacional como el proyectado. Ponderase que en 2020 serán necesarias decisiones audaces de los poderes ejecutivo y legislativo, en diferentes esferas, además del apoyo de toda la sociedad brasileña para que las condiciones establecidas en ese estudio sean implementadas.

Palabras clave: Financiamiento de la educación básica. Estadística del contexto educacional. Plan Nacional de Educación. Producto Nacional Bruto y educación brasileña.